



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPNG – 15-06-2016**

ATA 05/2016

1 Aos 15 de junho de 2016, às 09:00 horas, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e
2 Territórios, em Brasília – DF, em Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do
3 Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as)
4 Senhores (as): Dr. Lauro Machado Nogueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás,
5 Presidente do CNPG; Dr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de Justiça do
6 Estado do Acre; Dr. Roberto da Silva Álvares, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá;
7 Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas; Dra.
8 Ediene Santos Lousado, Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia; Dr. Plácido Barroso
9 Rios, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-
10 Geral de Justiça do MPDFT; Dra. Elda Márcia de Moraes Spedo, Procuradora-Geral de Justiça do
11 Estado do Espírito Santo; Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça do
12 Estado de Mato Grosso; Dr. Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do
13 Mato Grosso do Sul; Dr. Carlos André Mariani Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça do
14 Estado de Minas Gerais; Dr. César Mattar Júnior, representando o Dr. Marcos Antônio Ferreira
15 das Neves, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. Ivoney Spoggia, Procurador-Geral
16 de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Clênio Valença, representando o Dr. Carlos Augusto Arruda
17 Guerra de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco; Dr. Cleandro Alves
18 de Moura, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí; Dr. Ertulei Laureano Matos,
19 representando o Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de
20 Janeiro; Dr. Rinaldo Reis Lima, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;
21 Dr. Marcelo Lemos Dornelles, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr.
22 Airton Pedro Marin Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia; Dr. Sandro José
23 Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina; Dr. Gianpaolo Poggio Smanio,
24 Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. José Rony Silva Almeida, Procurador-
25 Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de
26 Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Roberto Coutinho, representando o Dr. Jaime de Cássio
27 Miranda, Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dr. Sebastião Vieira Caixeta, representando o Dr.
28 Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral de Justiça do MPT; Dr. Orlando Rochadel Moreira,
29 Conselheiro do CNMP; Dr. Fábio Bastos Stica, Conselheiro do CNMP; Dr. Fábio George Cruz da
30 Nóbrega, Conselheiro do CNMP; Dr. Marcelo Ferra de Carvalho, Conselheiro do CNMP; Dr.
31 Antônio Pereira Duarte, Conselheiro do CNMP; Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti,
32 Presidente da CONAMP; e Dra. Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do
33 CNPG. **INICIADOS OS TRABALHOS:** o Presidente convidou para compor a mesa o Ministro
34 do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Sebastião Reis, passando-lhe a palavra. Após cumprimentos
35 de praxe, o Ministro expôs sua preocupação com a quantidade de processos que aportam no STJ,
36 razão por que solicitou empenho do Ministério Público na seleção de processos para recursos
37 àquele tribunal, com vistas à otimização do trabalho nos Tribunais Superiores. Sugeriu que

[Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.]



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJG – 15-06-2016

ATA 05/2016

38 assuntos prioritários para a Instituição, em que seja necessária uma posição clara do STJ, sejam
39 identificados, colocando-se à disposição do MP para discussão dos temas. Conclamou a uma
40 presença mais efetiva do MP Estadual naquele Tribunal, especialmente em processos cuja decisão
41 terá reflexos importantes para a Instituição ou nos Estados de origem. Por fim, incitou a todos
42 para a adesão ao sistema de intimação eletrônica do STJ, que confere maior celeridade aos
43 processos e reduz os custos operacionais. Franqueada a palavra aos membros do Colegiado, o Dr.
44 Rinaldo Reis de Lima ressaltou a importância da iniciativa do Ministro e pontuou tema relativo à
45 imprescindibilidade de autorização do tribunal para investigação de determinadas autoridades,
46 especialmente prefeitos, o que vem causando entraves em investigações de vários MPs estaduais.
47 Em seguida, o Dr. Leonardo Roscoe Bessa ponderou que, no que diz respeito à quantidade de
48 recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, a mudança deve ser cultural, e não da legislação,
49 sendo necessário estimular essa alteração de postura para que os Tribunais Superiores se ocupem,
50 de fato, de questões de alta relevância. Destacou, ainda, quanto à intimação eletrônica, que 13
51 unidades do Ministério Público ainda não aderiram ao sistema. Seguiram-se falas do Dr. Paulo
52 Roberto Jorge do Prado, Dr. Ertulei Laureano Matos e Dr. Roberto da Silva Alvares, todos
53 destacando a importância da iniciativa do Ministro em buscar essa interlocução com o Ministério
54 Público Estadual. Seguiu-se agradecimento do Presidente do CNPJG, assim como do Ministro pela
55 oportunidade de falar ao Colegiado. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente informou que
56 seriam entregues as Medalhas do CNPJG a ex-membros do Colegiado, convidando cada um dos
57 agraciados para receber a comenda, sendo eles, por ordem de entrega: Dr. Lio Marcos Marin, ex-
58 PGJ/SC; Dr. Marcelo Weitzel, ex-PGJ/MPM; Dr. Eder Pontes da Silva, ex-PGJ/ES; Dr. Márcio
59 Fahel, ex-PGJ/BA. Após, cada um dos homenageados agradeceu aos membros do CNPJG pela
60 comenda recebida, destacando cada um deles a honra e a alegria por ter feito parte do Colegiado.
61 Passou-se, então, a palavra ao Conselheiro do CNPJG, Dr. Orlando Rochadel, que tratou da
62 prorrogação de licença-paternidade, sugerindo implementação por meio de resolução e apontando
63 como exemplo a norma já expedida pelo MP/SE. Em seguida, foram convidados para tomar
64 assento à mesa os Conselheiros do CNJ, Dr. Rogério Nascimento e Dr. Arnaldo Hossepian. Com
65 a palavra, o Conselheiro Arnaldo Hossepian informou acerca da discussão, no âmbito do CNJ,
66 sobre a possibilidade de permuta entre juízes estaduais, não havendo ainda decisão sobre o tema.
67 O Conselheiro Rogério Nascimento tratou do PL 07/2016, que visa alterar a Lei Maria da Penha,
68 frisando a importância da participação em audiência pública a ser promovida amanhã, dia 16 de
69 junho, no Senado Federal. Ainda, informou o Conselheiro acerca da aprovação de resolução no
70 CNJ que trata da atividade de docência e veda a atividade de “coaching”. Em seguida, ficou
71 deliberado pela participação do CNPJG na audiência pública para discussão do PL 07/2016, por
72 meio de representante da COPEVID, já tendo a secretaria tomado providências para pedir a
73 inclusão do nome da representante junto à comissão do Senado. Em seguida, o Presidente trouxe à
74 pauta a PEC que trata de eleição para procurador-geral de Justiça, sublinhando a necessidade de
75 posição uniforme do colegiado. Após ponderações lançadas sobre o tema por vários dos presentes,



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 15-06-2016**

ATA 05/2016

76 deliberou-se pela retomada da pauta na reunião do mês de julho e pelo encaminhamento, por parte
77 da Secretaria-Executiva, de ofício a todos os Procuradores-Gerais de Justiça para levantamento
78 dos seguintes dados: 1. Quantos Procuradores-Gerais de Justiça foram reeleitos? 2. Quantos
79 primeiros colocados foram escolhidos pelo Governador do Estado? 3. Quantos Presidentes e Ex-
80 Presidentes de associação figuraram em lista tríplice e foram indicados pelo Governador do
81 Estado? 4. Quantos Corregedores-Gerais figuraram em lista tríplice e foram indicados pelo
82 Governador do Estado? Ato contínuo, o Dr. Paulo Prado suscitou discussão acerca da realização
83 de audiência de custódia em crimes de violência contra a mulher, tendo ambos os Conselheiros do
84 CNJ exposto como a questão vem sendo tratada por aquele colegiado. Passou-se, então, para o
85 item seguinte da pauta, sendo convidado para a mesa o Conselheiro do CNMP, Dr. Fábio George
86 Cruz da Nóbrega, que apresentou proposta de atuação resolutiva do Ministério Público. O
87 Conselheiro expôs a necessidade de mudança de postura dos membros frente às demandas,
88 citando exemplos de atuação do Ministério Público pelo Brasil em que a solução de problemas foi
89 alcançada sem necessidade de judicialização. Disse o Conselheiro haver sido encaminhado ofício
90 aos Procuradores-Gerais de Justiça para indicação de membros para evento a ser realizado com tal
91 temática, aduzindo, ainda, que deve ser estimulada tal atuação inclusive nas corregedorias. O
92 Presidente salientou que a dinâmica de controle hoje adotada por parte das corregedorias,
93 inclusive da Corregedoria Nacional, não estimula uma atuação resolutiva, uma vez que a cobrança
94 pela regularidade dos processos judiciais é que tem sido a tônica. Em seguida, foi dado intervalo
95 para o 'brunch'. Retomando os trabalhos, foi procedida à escolha dos membros para composição
96 do Núcleo de Combate à Corrupção e à Criminalidade, a ser criado no âmbito do Ministério
97 Justiça e que contará com a participação do CNPG, conforme entendimento havido em reunião
98 realizada no Ministério da Justiça e Cidadania, no dia 14 de junho, que contou com a presença de
99 quinze (15) Procuradores-Gerais de Justiça e do Ministro da Justiça e Cidadania, Dr. Alexandre
100 de Moraes. Foram escolhidos os seguintes membros: titulares - Presidente do CNPG; Dr. Carlos
101 André Mariani Bittencourt, PGJ/MG; Dr. Airton Pedro Marin Filho, PGJ/RO; Dr. Gianpaolo
102 Poggio Smanio, PGJ/SP; Dr. Ivoney Spoggia, PGJ/PR. Como suplentes, foram indicados: Dr.
103 Lauro Machado Nogueira, PGJ/GO e Dr. Marcelo Lemos Dornelles, PGJ/RS. Passou-se então a
104 palavra ao Dr. José Rony Silva Almeida para encaminhamento das demandas do GNDH. Ficou
105 deliberado que a próxima reunião do GNDH será em Belém, nos dias 09, 10 e 11 de novembro.
106 Ficaram também aprovados todos os nomes indicados para composição das comissões. Quanto
107 aos enunciados, o Dr. Sebastião Vieira Caixeta, representante do MPT, propôs a inclusão, no
108 enunciado 04/2016, da expressão "meio ambiente do trabalho", tendo o plenário acolhido a
109 demanda. Quanto aos demais enunciados, deliberou-se pela aprovação, por aclamação, com a
110 possibilidade de, havendo qualquer divergência, ser novamente trazido o enunciado para debate e
111 deliberação na próxima reunião do CNPG. Em seguida, passou-se a palavra para a Presidente da
112 CONAMP, Dra. Norma Cavalcanti, que trouxe para debate questão relativa ao conflito de
113 atribuição entre o MPE e MPF, em razão de recente decisão do STF em processo do Estado do



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 15-06-2016

ATA 05/2016

114 Paraná. A Presidente conclamou a todos a externar inconformismo quanto ao teor da decisão do
115 STF, que firmou entendimento no sentido de competir ao Procurador-Geral da República dirimir
116 conflito de atribuições entre o MPE e MPF. Foram discutidas pelos presentes as opções para
117 condução da matéria, ficando deliberado que seria aguardada a publicação do acórdão do STF e o
118 posicionamento do Ministério Público do Estado do Paraná, de onde o processo é originário, para,
119 então, cada uma das unidades do Ministério Público postularem ingresso no processo, na
120 qualidade de 'amicus curiae'. Em prosseguimento, foi passada a palavra ao Conselheiro do
121 CNMP, Dr. Antônio Duarte Pereira, que pediu a compreensão de todos com as solicitações que
122 vêm sendo feitas pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e
123 Segurança Pública, por ele presidida. Argumentou que tais solicitações visam, em última
124 instância, o controle da violência e conclamou o auxílio de todos no fornecimento de dados sobre
125 mortes violentas praticadas por agentes policiais, para banco de dados. Encerrados os temas da
126 pauta, o Presidente, em razão de ser a última reunião do CNPG por ele presidida, agradeceu o
127 apoio dos colegas, da CONAMP e dos Conselheiros do CNMP, ressaltando a harmonia da
128 convivência no colegiado, a união de todos para superação das dificuldades e percalços, o
129 compartilhamento das angústias e a importância do trabalho do CNPG para a identidade nacional
130 do Ministério Público. Em seguida, todos os presentes, um a um, saudaram o Presidente e
131 parabenizaram-no pelo trabalho desenvolvido por ele e pela equipe à frente do CNPG. Por fim,
132 eu, Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do CNPG, lavrei esta ata, a qual vai
133 assinada por mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do
134 Ministério Público dos Estados e da União presentes.